



METALÚRGICA
 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo
 Fundador: Adolpho Percheron
 Diretor responsável: Joaquim dos Santos Andrade

ANO XXXIX

Novembro/79 N.º 272

POLÍTICA E SOCIAL - C. F. P.

D. 12, 02, 18 80

21 14 8208

Santo está aqui

Ele está presente em cada operário. E estará em todas as nossas lutas

No de Ordem... 161.520

Nome: **SANTO DIAS DA SILVA**

Profissão ou função: **Motorista Empilhador**

Residência: **R. 2,343-V. das Belezas-Sto. Amaro**

Nascido a **22** de **Fevereiro** de **1942** - Est. Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira** Naturalidade: **São Paulo** **FOTO**

Filiação: **Jesu Dias da Silva** **Sto. Amaro**
Laura Mancio

ESTABELECIAMENTO OU LOCAL ONDE EXERCE A PROFISSÃO: **METAL LEVE S/A IND. E COMERCIO** No 535 Bairro **Sto. Amaro** de 19 69
 Rua **Brasílio Luz** São Paulo, 31 de **Janeiro**

SNASP - 0308 - 40.000 - 8168

Data de admissão: **30-10-78**

Carteira Profissional:	SÉRIE	FM
NÚMERO	155A	FM

Assinatura: *Santo Dias da Silva* **FALECIDO 30-10-78**

Nossa luta não pára



A greve chegou ao fim, mas a nossa luta continua. Em próximo dia 20 teremos assembléia.

Apoio

Os metalúrgicos de São Paulo receberam manifestações de solidariedade de toda parte. Foi criado um Comitê de Apoio à nossa greve, formado por diversas entidades, e uma comissão de dirigentes sindicais acompanhou o nosso movimento.

TELEGRAMA
SINDICATO TRABALHADORES METALURGICO SAO
PAULO RUA DO CARMO, 171 - CENTRO
SAOPAULO/SP(01019)

OS METALURGICOS DE NITEROI VEM MANIFESTAR O SEU VEBEMENTE REPULIO AO ASSASSINATO DO NOSSO COMPANHEIRO SANTOS DIAS DA SILVA E AO MESMO TEMPO PRESTAR A NOSSA SOLIDARIEDADE AMPLA E IRRESTRITA AO MOVIMENTO REIVINDICATORIO.
A DIRETORIA

COL 171 (01019)



Metalúrgicos solidários

“Os metalúrgicos do Rio de Janeiro hipotecam solidariedade ao movimento grevista, manifestando repúdio à violência policial, que redundou no falecimento do companheiro Santo Dias da Silva”.

“Metalúrgicos catarienses em luto pela queda do companheiro Santo Dias, mártir na luta pela liberdade de contratação coletiva. Solidarizando-se aos companheiros, pedimos que nos representem junto à família enlutada. Saudações sindicais”.

“O Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Paraná, com profundo pesar pela morte de um companheiro metalúrgico, vem apresentar à diretoria deste Sindicato sua solidariedade”.

“Revoltados com a arbitrariedade policial que causou a morte do companheiro Santo Dias. Aceitem solidariedade e apoio dos metalúrgicos de Fortaleza”.

“Os companheiros metalúrgicos de Goiânia apresentam as condolências pelo desaparecimento do companheiro Santo Dias”.

“O Sindicato dos Metalúrgicos de S. Ca-

tano do Sul vem através desta enviar aos caros companheiros uma palavra de conforto e pesar, pois tomamos ciência da violência que veio assolar esta cidade e que tal violência gerou a morte do companheiro Santo Dias”.

“Lastimamos profundamente o infausto acontecimento verificado com o companheiro deste Sindicato. Esperamos tais fatos não se repitam e que os culpados sejam devidamente punidos”. Jorge Noman Netto - secretário nacional do Departamento Profissional dos Metalúrgicos.

“Profundamente consternados pelo trágico falecimento do companheiro Santo, solidários na tristeza pela lamentável perda da categoria dos metalúrgicos”. Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul.

“Repudiamos a violência contra o movimento pacífico dos metalúrgicos de São Paulo. Nossa solidariedade aos companheiros e à família de Santo Dias”. Delegação Sindical Fiat Diesel.

“Os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, representados por esta Federação e

seus 37 Sindicatos, tornam público seu veemente protesto contra a violência policial e o total desrespeito ao direito dos trabalhadores de reunirem-se livremente em busca de melhores condições de vida”. Federação dos Metalúrgicos de São Paulo.

“Mais uma vez o arbitrio joga todo seu peso sobre as mais legítimas reivindicações dos trabalhadores. Sufocados pelo arrocho salarial, sem garantia de emprego e com seus sindicatos atrelados ao governo, os trabalhadores lançam mão de sua mais poderosa arma, a greve. O Governo mostra,

mais uma vez, de que lado está. A sua polícia invade o Sindicato, mata barbaramente um nosso companheiro. A questão social continua a ser, para os governantes, um caso de polícia. Os trabalhadores gaúchos não se calarão. Manifestamos aos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos nosso irrestrito apoio e solidariedade. A cada golpe da ditadura responderemos com mais união e organização. Basta de exploração. Exigimos cada vez mais o respeito aos nossos direitos”. Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e mais 18 outras entidades.

O apoio atravessou fronteiras

“Acabamos de receber notícias da prisão de metalúrgicos e da ameaça de intervenção governamental nos Sindicatos. A Fitim protesta ante estas medidas e solicita ao Governo retomar o processo normal de negociação coletiva. Pedimos transmitir aos trabalhadores em greve a solidariedade e nosso pleno apoio em sua justa luta.” Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas.

“A Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos da CGT da França saluda os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo em luta, se inclina com respeito ante as vítimas da violência patronal e governamental e lhes assegura total solidariedade dos metalúrgicos franceses.”

“Em nome dos membros do AFL-CIO (América) a nossa solidariedade e nosso aplauso pela vossa ação corajosa.”

“Em nome dos membros da UWA (América), nossa solidariedade. Aproveitamos a oportunidade para desejar todo o sucesso possível em sua luta por justiça econômica e social.”

“Em nome da UGT (Espanha) expressamos nossa solidariedade e apoio à luta dos metalúrgicos de São Paulo e condenamos energicamente o assassinato do companheiro Santo Dias.”

“A Central Latino-Americana de Trabalhadores (Clat) e a Coordenação Latino-

Americana de Trabalhadores Metalúrgicos Mineiros denunciaram ao Governo a repressão contra os trabalhadores metalúrgicos.”

SIGUE EL PRESENCIA INTERNA ENVIADO A LUTAR POR NUESTRO

PROTESTAMOS ENDEBEMENTE EN CONTRA DE ESTE TIPO ASSASSINATO DE NUESTRO COMPAÑERO SANTOS DIAS DA SILVA. REIVINDICAMOS A LIBERTAD DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA. SOLICITAMOS A SU RECONSTITUCIÓN. GARANTIA DE EMPLEO E CONDICIONES DE VIDA. ALZAMOS NUESTRA VOZ EN SOLIDARIEDAD CON LOS TRABAJADORES

INTERNACIONAL



E ainda tem mais

A solidariedade aos metalúrgicos esteve presente desde os primeiros momentos. Antes mesmo de entrarmos em greve, já vinha se formando um comitê de solidariedade à greve, formado por entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento Custo de Vida, organizações populares e entidades estudantis. E assim que decretamos a greve, diversos parlamentares, estiveram nos dando apoio. Alguns, inclusive, chegaram a acompanhar os piquetes, procurando impedir a violência policial. Uma comissão de vários dirigentes sindicais também

esteve presente em todos os momentos, acompanhando inclusive as assembleias. Além dos inúmeros telefonemas hipotecando irrestrita solidariedade, recebemos telegramas e moções das seguintes entidades:

Associação dos docentes da USP; Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Associação dos Orientadores Educacionais, diretoria elita do Sindicato dos Psicólogos, Comissão Nacional da Pastoral Operária e movimentos católicos, e outras personalidades.

O METALURGICO

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo.
Sede: Rua do Carmo, 171, fone: 37-3566
Diretor-responsável: Joaquim dos Santos Andrade
Reportagem fotográfica: Ricardo Alves

Produção: 100.000 exemplares
Rua Jardim do Sindical
Rua Castes, 84, Furdos
C.G.C. nº 51.233.203/011
69
Jornalista Responsável: Luciano Delton
Tiragem: 100 mil exemplares
Composição e Impressão: Empresa Jornalística Comércio & Indústria - Rua Dr. Almeida Lima, 1.384 - São Paulo

A luta continua

As palavras que D. Paulo Evaristo Arns pronunciou na missa de corpo presente do companheiro assassinado Santo Dias da Silva precisam ser repetidas aqui e agora: "Quase nada está certo, quando milhões, que constroem a riqueza de uma cidade, apanham porque querem o pão e seus filhos."

O que a violência policial praticou sobre nossa categoria não pode e não será esquecido.

Plenos salários são de fome, não há democracia para os trabalhadores e quem luta por melhores condições de vida é reprimido como cachorro. Quase nada está certo no nosso País. E nós não vamos ficar quietos.

Durante a greve dos companheiros da Construção Civil de Belo Horizonte mataram Orocílio Martins Gonçalves. Na greve dos metalúrgicos de Betim, Minas Gerais, emu morto Guido Leão dos Santos. Durante a greve dos companheiros de Divinópolis, também em Minas, tiraram a vida de Benedito Guimarães.

Esses três nomes e o de Santo Dias da Silva jamais serão esquecidos pela classe trabalhadora brasileira.

ninguém mata impunemente um homem que vive do seu trabalho e que pretende uma existência melhor para os seus familiares.

A mão ensanguentada dos que assassinam, quem luta e persegue a classe operária, não tem direito de nos apontar o dedo para dizer o que devemos e o que não devemos fazer.

Um exemplo de morto no nosso País.

Santo Dias foi um companheiro sindicalizado, lucido, leal e combativo. A sua morte não foi em vão, pois sua vida está multiplicada na vida de cada um de nós.

Pretendiam que morresse a nossa vontade de lutar pela justiça e pela liberdade.

Mas a História é diferente.

Quando um companheiro combativo é massacrado, o que a nossa vontade de conquistar um mundo melhor fica multiplicada.

Como nas palavras de D. Paulo: "Cada época é, em si mesma, a fonte de um tempo que tem o seu Cristo pois assim os companheiros se conservam unidos e não perderão a esperança". Quase nada está certo mas não perdemos a esperança. E por isso mesmo, é que a luta continua.

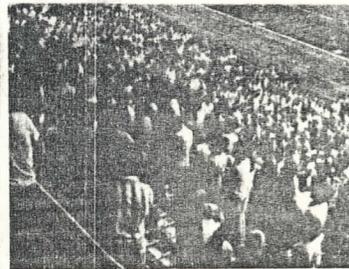
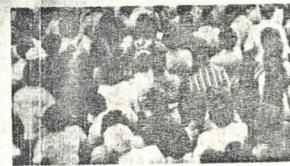
Queremos a mais ampla unidade de todos os trabalhadores na conquista da justiça e da liberdade.

Quase nada está certo. E por isso mesmo é que a luta continua.

Jonquim dos Santos Andrade



Podem nos derrotar numa campanha salarial. Podem prender e matar nossos companheiros. Até parece que podem tudo. Mas a luta operária não acaba nunca. Venceremos.



Quando matam um homem trabalhador pretendem matar a nossa vontade de lutar pela justiça e pela liberdade. Mas a História mostra que acontece o contrário

Paramos 11 dias

Entre os dias 28 de outubro e 8 de novembro, os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos estiveram em greve, reivindicando aumento de 83% e uma série de outros direitos. A história dessa greve é uma mostra da coragem e disposição de luta da nossa categoria.

"Quando todas as máquinas param, os patrões vão ter que negociar direito com a gente". Essa era a opinião unânime de mais de cinco mil metalúrgicos que, em assembléia geral do dia 28 de outubro, no cine Piratininga, aprovaram a proposta de greve da categoria, reivindicando aumento de 83% sobre os salários atuais.

Os patrões tinham oferecido um aumento escalonado de 66%, bem abaixo do que foi conquistado por trabalhadores de outros estados, e já haviam encerrado as negociações. A partir daí, a greve era o nosso último recurso.

Os companheiros deixavam a assembléia e se dirigiam para os bairros onde os Comandos haviam convocado reuniões para organizar a greve. Os piquetes deviam começar naquela mesma noite de domingo, parando as empresas que trabalham por turno.

Mas a repressão policial também começou a agir cedo. As subseções do Sindicato foram invadidas ou cercadas pela polícia naquela mesma noite e, a partir disso, qualquer trabalhador que fosse encontrado distribuindo panfletos ou boletins era preso. Mesmo assim, a paralisação chegou a atingir 50% da categoria, no primeiro dia.

Os patrões e as autoridades governamentais tentavam mostrar que os metalúrgicos haviam sido derrotados. A Fiesp - Federação das Indústrias do Es-

tado de São Paulo, divulgava informações mentirosas, afirmando que apenas 10 ou 15% dos metalúrgicos haviam aderido à paralisação. Essas informações eram insistentemente divulgadas por algumas rádios, estações de TV e jornais.

No primeiro dia de paralisação, na verdade, cerca de 190 mil metalúrgicos aderiram à greve. Os companheiros chegavam nas portas das fábricas e eram aconselhados a se dirigir para o Sindicato, já que a polícia impedia a utilização das nossas subseções. Os diretores do Sindicato esperavam o auditório ficar lotado e, então, prestavam informações, faziam recomendações e organizavam a formação de piquetes, que se dirigiam novamente para os bairros. Essas reuniões iam-se repetindo durante o dia todo, sempre com o auditório cheio de operários.

No segundo dia da greve, a presença de grevistas no Sindicato foi menor, mas o número de grevistas se manteve inalterado, com algumas outras empresas aderindo à greve. À tarde, era realizada uma assembléia na porta do Sindicato, sob uma forte chuva, com cerca de três mil metalúrgicos presentes, quando chegou a notícia do assassinato de Santo Dias da Silva. A assembléia, então, decidiu manter a greve e convocou nova assembléia para o dia seguinte, no Estádio do Pacaembu. Naquela mesma tarde, os metalúrgicos de Osasco, que haviam entrado em greve mas



No cine Piratininga, os metalúrgicos decidiram ir a greve

não conseguiram uma boa adesão, resolveram aceitar o acordo proposto pelos patrões.

Mesmo depois de causar a morte do operário Santo, a polícia continuou a reprimir a greve e, na quarta-feira, terceiro dia de paralisação, os números se mantiveram inalterados. À tarde, uma assembléia bastante agitada foi realizada no Estádio do Pacaembu. Alguns representantes de comandos defendiam o término da greve, outros queriam a sua continuidade e outros nem mesmo puderam falar diante do grande número de vaia. O companheiro Lula, pre-

sidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e que esteve em nossas assembléias junto com uma comissão de dirigentes sindicais que apoiaram o nosso movimento, lembrou que "os inimigos da classe operária são aqueles que mataram o nosso companheiro Santo e, portanto, não vai adiantar nada ficar esperando que as bolinhas de papel amassem outro".

Na quarta-feira, o Tribunal Regional do Trabalho, utilizando uma prática usual, estende aos sindicatos de São Paulo e Guarulhos o acordo homologado pelo Sindicato de Osasco.

O TRT afina com o patrão

O Tribunal Regional do Trabalho cedeu à pressão dos patrões, declarando a greve ilegal

A greve é um direito legítimo do trabalhador. Mas sempre que lançamos mão desse instrumento, os patrões correm para o Tribunal Regional do Trabalho, pedindo que ela seja declarada ilegal. Foi o que aconteceu mais uma vez, assim que teve início a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos.

Mas no momento em que o Tribunal do Trabalho se reunia para julgar a nossa greve, chegou a notícia da morte do companheiro Santo. O TRT transferiu o julgamento para o dia seguinte e, diante das manifestações e das repercussões provocadas pela morte do operário, os juizes decidiram não entrar no mérito sobre a legalidade ou não do movimento, limitando-se a estender a São Paulo e Guarulhos o acordo firmado pelos metalúrgicos de Osasco. E a greve continuou. Somente uma semana

depois, sob a pressão dos patrões, o TRT recuou e declarou a greve ilegal.

O TRT decidiu o nosso aumento

Com relação à sentença do Tribunal estendendo o acordo firmado por Osasco, ela estabelece os seguintes aumentos; sobre os salários de novembro do ano passado:

- para quem ganhava até Cr\$ 6.804,00 até 1.º de maio deste ano, aumento de 67%;
- para quem ganhava de Cr\$ 6.804,00 até Cr\$ 11.340,00, 62% de aumento;
- para quem ganhava de Cr\$ 11.340,00 até Cr\$ 15.876,00, 61% de aumento;
- para quem ganhava de Cr\$ 15.876,00 até Cr\$ 27.216,00, 59% de aumento;
- para quem ganhava de Cr\$ 27.216,00 até 30 salários mínimos, 57% de aumento;



Intransigência

Mais uma vez, os patrões demonstraram sua intransigência na hora de negociar. Elegeram os mais inflexíveis para representá-los na mesa de negociações. E como não apresentaram uma proposta razoável, decidimos parar suas fábricas

— para quem ganhava acima de 30 salários mínimos, o índice oficial do governo.

Além disso, o Tribunal determinou um piso salarial de Cr\$ 4.200,00 por mês, ou Cr\$ 17,50 por hora. As horas extras serão pagas conforme determina a CLT, até o máximo de 48 horas mensais, acima disso, serão pagas com acréscimos de 50%. A sentença prevê também o reajustamento do piso salarial em 1.º de maio do ano que vem, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor e outros direitos, entre

os: garantia de emprego aos acidentados, sem prejuízo da remuneração que o trabalhador recebia antes de sofrer o acidente; reconhecimento do estatuto dos médicos e odontólogos, no caso de empresas que não tenham serviço próprio; garantia ao empregado adido de receber salário integral de quem recebe de menor salário no tempo; garantia ao empregado substituído de receber o mesmo salário dos empregados substituídos; outras cláusulas constantes nos acordos anteriores.

O Metalúrgico - Novembro de 71



Terminada a greve, não desistimos de nossas reivindicações

Campanha aberta

O Sindicato procurou organizar a campanha pelas bases, criando subseções e diversas comissões.

A organização da nossa campanha salarial não foi um trabalho apenas da diretoria, mas esteve aberta à participação de todos os companheiros. Esse trabalho começou antes mesmo da primeira assembleia geral, realizada no dia 24 de agosto, quando já haviam sido feitas reuniões com trabalhadores de diversas regiões de São Paulo.

A partir da primeira assembleia geral, essas reuniões por bairros se foram intensificando e o Sindicato criou subseções em cinco zonas da cidade: Norte (Rua Duarte Azevedo, 388); Sul (Av. Interlagos, 1.606); Leste (Rua Cel. Luiz Americano, 128); Oeste (Rua Guaricanga, 126); Sudeste (Rua Thabor, 386). Nessas subseções, nossos companheiros passaram a realizar reuniões por fábricas, por grupos de empresas e assembleias setoriais, todas as quintas-feiras, para trocar informações, discutir como se organizar melhor e tirar as palavras de ordem.

Uma outra decisão, tirada na assembleia do dia 16 de setembro, ampliou ainda mais a participação dos companheiros das fábricas. Foi criada uma comissão de mobilização, que chegou a contar com a participação de cerca de 230 trabalhadores. Dessa comissão, foram tiradas outras: a de negociação, formada por 20 metalúrgicos que, junto com a diretoria, participou das negociações com os empresários do Grupo 14 da Fiesp; a de redação, encarregada de elaborar os panfletos e boletins

distribuídos nas fábricas; e a de contatos, encarregada de buscar o apoio de outras entidades.

Patrões pagaram para ver

Somente depois de esgotadas todas as formas de negociação é que decidimos ir à greve. Antes disso, chegamos a realizar seis assembleias gerais e oito reuniões com o Grupo 14 da Fiesp. Mas em nenhum momento os patrões chegaram a apresentar uma proposta que pudesse ser aceita pela categoria. Eles começaram por oferecer um aumento escalonado de 56% para quem ganha até três salários mínimos. Depois, subiram essa proposta para 61% e, mais tarde, para 66%. A última proposta foi a de um aumento escalonado de 66% para quem ganha até 3 salários mínimos, 61% para quem ganha entre três e sete salários mínimos, 59% para quem ganha entre sete e doze mínimos e 57% para quem ganha acima disso.

Com essa proposta, os patrões deram as negociações por encerradas. E chegaram a afirmar que não negociariam com a categoria em greve, embora já no segundo dia de paralisação eles tivessem aumentado a proposta em 1%. Com isso, os empresários estavam pagando para ver os metalúrgicos irem à greve. Era uma jogada onde o trunfo maior dos patrões foi a repressão policial.

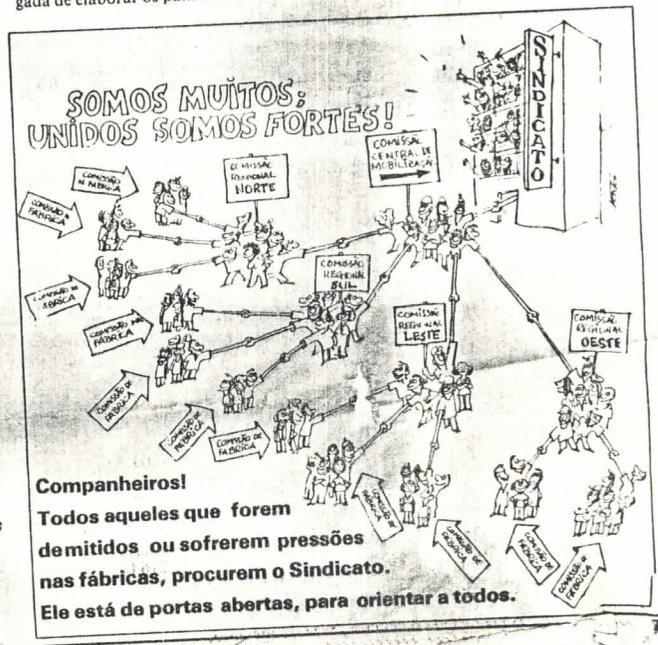
De volta, na luta

Decidimos voltar ao trabalho, depois de 11 dias de greve. Isso não significa que a luta terminou, ao contrário, continua. Agora, é o momento de pensar sobre tudo o que aconteceu. Avaliar, com coragem, como é que foi o movimento. Encontrar, inclusive, nossos erros, porque só fazendo uma análise correta do movimento é que podemos evoluir, aumentando nossa capacidade de organização. Na última assembleia, do dia 8, quando decidimos suspender a greve, resolvemos também marcar novo encontro geral num prazo de 20 dias. Portanto, no próximo dia 30 estaremos novamente juntos, em Assembleia, para avaliar a greve. Mas é bom que a gente se prepare, sempre pensando na idéia da unidade. Trabalhador desunido se enfraquece. Não temos que brigar entre nós, porque si quem toma força é o patrão. Vivemos, durante as nossas assembleias, momentos muito difíceis, em que a crítica foi substituída pelas vaias. Qualquer companheiro que fosse defender a proposta de volta ao trabalho nem podia argumentar direito, ninguém queria ouvir. Mas desde o início do movimento, a diretoria do Sindicato vinha advertindo que só se a gente conseguisse 90 por cento de paralisação é que os patrões seriam obrigados a negociar com a gente.

É preciso lembrar que não conseguimos esse índice de paralisação. E porquê? Primeiro, porque a repressão foi violenta. A Polícia, defendendo os interesses patronais, estava nas portas da fábrica para impedir a ação dos piquetes a partir do primeiro dia de greve. Centenas de companheiros foram presos, o que dificultou o trabalho de organização de novos piquetes.

Mas, além disso, é preciso ter coragem para reconhecer que a categoria não se fez representar maciçamente nas assembleias, quando se decretou a greve e a continuidade da paralisação. Em média, de 5 a 7 mil companheiros compareceram, mas a nossa categoria, em São Paulo, é composta por mais de 350 mil trabalhadores. E é justamente através do nível de participação das assembleias que se pode avaliar a disposição da categoria para a luta.

Decretar uma greve e mantê-la é uma prova de força, que depende fundamentalmente da união de todos. Devemos e podemos fazer críticas, mas sem esquecer que devem ser feitas para unir mais a categoria e não para provocar divisões que nos enfraquecem. É o momento, companheiros, de avaliar nosso movimento. De encarar nossos erros, procurando não repeti-los. E de somar os acertos. Sempre pensando no que fazer para reforçar a nossa união, que sem ela nenhum movimento será verdadeiramente vitorioso.



Dissemos "Não" ao novo arrocho

A luta dos metalúrgicos teve como um dos principais objetivos o de não nos submetermos à nova lei de arrocho salarial, aprovada pelo Congresso Nacional no último dia 25 de outubro, apesar da forte pressão dos trabalhadores e das lideranças sindicais que foram a Brasília pressionar o Governo.

A nova lei entrou em vigor a partir de 1.º de novembro, coincidindo com a nossa data-base, e deixando claro que a intenção do Governo era a de atingir a campanha salarial dos metalúrgicos. Com ela, o Governo pretendia impedir a livre negociação entre patrões e empregados.

Mas a nova lei foi superada antes mesmo de entrar em vigor, pois os patrões acabaram propondo aumentos acima dos que foram determinados pelo Governo. Enquanto que os novos índices oficiais fixavam um aumento de 57% para os que recebem até três salários mínimos, os patrões chegaram a propor 67% de aumento para essa mesma faixa salarial e, ainda assim, a proposta não foi aceita.

De acordo com a nova lei, os trabalhadores passarão a ter reajustes semestrais, baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, estipulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Além do INPC, os sindicatos poderão negociar apenas um percentual equivalente ao aumento de produtividade. Com isso, o Governo pretende impedir que os trabalhadores possam recuperar o poder aquisitivo que perderam ao longo desses 16 anos de arrocho salarial. Os sindicatos seriam obrigados, então, a negociar um índice impossível de ser determinado, pois as empresas escondem os dados sobre o aumento da sua produtividade.

Além disso, permanece o perigo de que os dados sobre o custo de vida (INPC) venham a ser manipulados, pois o IBGE está nas mãos dos mesmos técnicos que propositalmente subestimaram os índices de inflação em 1973.

A nova lei tem apenas um mérito, se é que podemos chamá-lo assim: reconhece que os trabalhadores têm direito aos reajustes semestrais, o que não é novidade — pois esse direito nos foi

Os trabalhadores não se submetem à nova lei de arrocho. Os metalúrgicos já mostraram isso



roubado a partir de 1964, quando o Governo decretou que os trabalhadores estavam proibidos de ter reajustes durante um período inferior a um ano.

Esse direito foi reconquistado pelos trabalhadores na prática, através das constantes vitórias em campanhas por antecipação salarial. O reajuste semestral, portanto, já está chegando tarde, no momento em que todas as categorias já reivindicam os reajustes trimestrais, pois o custo de vida não aumenta a cada ano ou a cada seis meses, mas todo dia e toda hora.

Os trabalhadores querem mesmo é que o Governo fique de fora da questão salarial, pois sempre que ele intervém é para favorecer os patrões. Por isso, os dirigentes sindicais elaboraram um substitutivo à nova lei, onde estavam previstas negociações diretas, direito de greve, estabilidade para o delegado sindical, revogação de toda a legislação de arrocho salarial e extensão dos benefícios aos aposentados e funcionários públicos, que não estavam incluídos no projeto do Governo. Ao Governo, ficaria reservado apenas o papel de estipular o reajuste do salário mini-

mo, que também não estava no projeto e que, segundo o substitutivo, baseado em cálculos do DIEESE — o Departamento que faz estudos econômicos para os trabalhadores — deveria ser atualmente de 7.200 cruzeiros.

O substitutivo foi encampado pelo MDB, mas acabou não sendo aprovado, pois a ARENA garantiu a aprovação do projeto do Governo. Apesar disso, os dirigentes sindicais que foram a

Brasília pressionar o Congresso deixaram bem claro que não estão dispostos a desistir da luta.

Eles chegaram, inclusive, a conquistar algumas vitórias. O Governo decidiu reajustar o salário mínimo ainda este mês, embora anteriormente pretendesse reajustá-lo apenas em maio e vai conceder um reajuste aos aposentados, que não estavam incluídos no projeto original.



Na Praça da Sé, um Ato Público de protesto contra a nova lei